

Cuiabá - MT, 22 de julho de 2024.

Aos acionistas da

REAL SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **REAL SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2023 comparativas a 31 de dezembro de 2022.

A companhia é uma sociedade por ações constituída em 14 de novembro de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

Atenciosamente.

REAL SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A.

Diretor Presidente
Eder Marcos D'Agostin

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em:

Em Reais

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.520.788	921.986
Direitos Creditórios a receber	6	14.132.469	13.924.721
Tributos a recuperar		23	23
Total do Ativo Circulante		16.653.280	14.846.730
Ativo Não Circulante			
Partes Relacionadas	7	8.728.000	3.900.000
Investimentos		43.261	45.458
Imobilizado		105.993	85.418
Total do Ativo Não Circulante		8.877.254	4.030.876
Total do Ativo		25.530.534	18.877.606
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	40.511	162.044
Obrigações trabalhistas e sociais		11.268	12.391
Obrigações tributárias		141.110	26.241
Outras obrigações	9	1.193.688	346.200
Total do Passivo Circulante		1.386.577	546.876
Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	10	23.986.604	18.211.727
Obrigações tributárias		80.258	87.865
Total do Passivo Não Circulante		24.066.862	18.299.592
Patrimônio líquido			
Capital social	11	20.000	20.000
Reserva de legal		4.000	4.000
Reserva de lucros		53.095	7.138
Total do patrimônio líquido		77.095	31.138
Total do Passivo		25.530.534	18.877.606

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em:

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas operacionais			
Receita Securitização		5.855.001	5.254.534
(-) Custo de Captação		(2.847.047)	(2.084.001)
(-) Impostos sobre a receita		(139.870)	(147.468)
Receita operacional líquida		2.868.084	3.023.065
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(774.613)	(787.116)
Total das despesas operacionais		(774.613)	(787.116)
Lucro antes do Resultado Financeiro	12	2.093.471	2.235.949
Despesas financeiras		(247.273)	(813.082)
Receitas financeiras		5.147	104.532
Resultado financeiro líquido	13	(242.126)	(708.550)
Receitas não operacionais		106	
Despesas não operacionais			(7.744)
Receitas/despesas não operacionais		106	(7.744)
Resultado antes das provisões		1.851.451	1.519.655
(-) Provisão de IRPJ		(438.863)	(355.914)
(-) Provisão de CSLL		(166.631)	(136.769)
Lucro líquido do exercício		1.245.957	1.026.972

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

Em Reais

	Capital Social Subscrito	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.000	4.000	10.166	34.166
Resultado do Exercício			1.026.972	1.026.972
Distribuição de resultado			(1.030.000)	(1.030.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.000	4.000	7.138	31.138
Resultado do Exercício			1.245.957	1.245.957
Distribuição de resultado			(1.200.000)	(1.200.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.000	4.000	53.095	77.095

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em:

Em Reais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	1.851.451	1.519.655
Ajustado por:		
- Depreciação		8.213
- Remuneração de Títulos e Valores Mobiliários	2.847.047	2.084.001
	4.698.498	3.611.869
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos Creditórios a receber	(207.748)	(3.783.047)
Tributos a recuperar		26.291
Outros créditos		(2.524.000)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Fornecedores		
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(2.946)	11.392
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(1.123)	4.392
Outras obrigações	847.488	185.219
Caixa proveniente/(usado) nas operações	5.334.169	(2.467.884)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(495.286)	(492.683)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	4.838.883	(2.960.567)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de investimentos	(2.803)	(2.614)
Resgate de investimentos	5.000	
Aquisição de ativo imobilizado	(20.575)	(7.069)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(18.378)	(9.683)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital		
Pagamentos a partes relacionadas	(4.828.000)	(121.532)
Pagamentos de dividendos	(1.200.000)	(1.030.000)
Ingressos decorrentes de CRA	5.570.000	5.780.000
Resgates de CRA	(2.642.170)	(1.782.111)
Pagamento de empréstimos	(121.533)	
Resgate Debêntures	(150.000)	(470.038)
Provisão para perdas com debêntures	150.000	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(3.221.703)	2.376.319
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.598.802	(593.931)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	921.986	1.515.917
Caixa e equivalente de caixa no final do período	2.520.788	921.986

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

1) Contexto Operacional

A REAL SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 24 de novembro de 2009, e tem como objeto específico a exploração de negócio de (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (ii) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (iii) cessão e reaquisição dos direitos creditórios; (iv) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Miguel Sutil, nº 8388, sala 202 Edif. Avant Garde Business, Bairro Santa Rosa, CEP: 78.040-365.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações

no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2024, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) *Apresentação das demonstrações financeiras*

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício –

DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como o saldo final do exercício anterior para fins de comparabilidade

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional

da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii) Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, da diferença entre o preço pago na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de

exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998.

Entre elas as **Companhias Securitizadora de Crédito**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da CSSL, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores de juros apropriados e valores compensados, para fazer prova a possíveis questionamentos do Fisco.

4.11 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando

aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Outras obrigações”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	12/2023	12/2022
Caixa	1.333.452	765.800
Depósitos Bancários à vista	1.147.977	137.064
Aplicações Financeiras	39.359	19.122
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.520.788	921.986

6) Direitos Creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	12/2023	12/2022
Direitos Creditórios vinculados a debêntures	137.137	4.011.700
Direitos Creditórios vinculados ao C.R.A.	13.995.332	9.913.021
Total dos Direitos Creditórios a Receber	14.132.469	13.924.721

7) *Partes relacionadas*

As obrigações com partes relacionadas referem-se a adiantamento de dividendos que ainda não foram quitados para com os acionistas:

Descrição	12/2023	12/2022
Adiantamento de dividendos	8.728.000	3.900.000
Total de Partes relacionadas	8.728.000	3.900.000

8) *Empréstimos e financiamentos*

A rubrica empréstimo e financiamentos refere-se a empréstimo de capital de giro, sendo pagas 32 parcelas de um total de 36 parcelas:

Descrição	12/2023	12/2022
Empréstimos e adiantamentos	40.511	162.044
Empréstimos e financiamentos	40.511	162.044

9) *Outras obrigações*

Em relação a conta de “outras obrigações”, estão relacionados os acertos de títulos que foram pagos, porém geraram um desconto a ser abatido na próxima operação de securitização, ou também, se a operação não for totalmente quitada a vista, sendo negociada para pagamento em data futura:

Descrição	12/2023	12/2022
Títulos negociados a pagar	1.193.688	346.200
Outras obrigações	1.193.688	346.200

10) *Títulos e Valores Mobiliários*

Em 01 de dezembro de 2009, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª emissão privada de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizadas à vista em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a Emissora, no ato da subscrição nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Créditos e outras avenças.
- ii. Prazo de subscrição: máximo de 24 (vinte e quatro meses) contados a partir da data de 1º de dezembro de 2009.
- iii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 180 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1 de dezembro de 2.024.
- iv. Forma e tipo: terão a forma nominativa, simples, não endossáveis, não conversíveis em ações e com emissão de cautela.
- v. Espécie: serão de espécie subordinada.
- vi. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vii. Remuneração: as debêntures renderão juros remuneratórios de 0,8% (oitenta centésimos por cento) ao mês.

Em 01 de março de 2011, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª emissão privada de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizadas à vista em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a Emissora, no ato da subscrição nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Créditos e outras avenças.
- ii. Prazo de subscrição: máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data de 1º de março de 2011.
- iii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 180 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento em 28 de fevereiro de 2.026.
- iv. Forma e tipo: terão a forma nominativa, não endossável com emissão de cautela.
- v. Espécie: serão de espécie subordinada.
- vi. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vii. Remuneração: as debêntures renderão juros remuneratórios de 0,8% (oitenta centésimos por cento) ao mês.

Em 03 de agosto de 2016, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizados à vista em moeda corrente, no ato da subscrição.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão, com pagamento em 06 (seis) parcelas semanais, contadas a partir da data de vencimento fixada em 03 de agosto de 2018.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,8% (um inteiro e oito centésimos por cento) ao mês.

Em 01 de dezembro de 2017, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) perfazendo o montante de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizados à vista em moeda corrente, no ato da subscrição.

- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,7% (um inteiro e sete centésimos por cento) ao mês.

Em 25 de junho de 2019, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 3ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizados à vista em moeda corrente, no ato da subscrição.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 16 de janeiro de 2020, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 4ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizados à vista em moeda corrente, no ato da subscrição.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 23 de março de 2020, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 5ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor

nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizados à vista em moeda corrente, no ato da subscrição.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 09 de outubro de 2020, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 6ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: serão integralizados à vista em moeda corrente, no ato da subscrição.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 01 de outubro de 2022, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 7ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: prazo total para integralização de 360 dias.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 12 de abril de 2023, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 8ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: prazo total para integralização de 360 dias.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 05 de julho de 2023, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 9ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: prazo total para integralização de 360 dias.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.
- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês.

Em 08 de agosto de 2023, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 10ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), realizada em série única, com as principais características:

- i. Integralização: prazo total para integralização de 360 dias.
- ii. Prazo de vencimento: vencerão no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de emissão.
- iii. Forma: terão a forma nominativa e cartular.
- iv. Espécie: serão de espécie subordinada.
- v. Garantia: tem como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas.

- vi. Remuneração: o C.R.A. fará jus a uma remuneração correspondente ao resultado da aplicação de uma taxa de juros de 1,3% (um inteiro e três centésimos por cento) ao mês

Descrição	Série	12/2023	12/2022
Debêntures 1ª (primeira) emissão	Única	127.000	127.000
Remuneração – 1ª emissão		938.596	991.425
Debêntures 2ª (segunda) emissão	Única	1.000.000	1.000.000
Remuneração – 2ª emissão		3.471.008	3.063.302
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 2ª. Em.		900.000	900.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 3ª.Em.		500.000	500.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 4ª.Em.		1.000.000	1.000.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 5ª.Em.		2.000.000	2.000.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 6ª.Em.		2.000.000	2.000.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 7ª.Em.		2.000.000	2.300.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 8ª.Em.		4.000.000	3.000.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 9ª.Em.		4.000.000	1.480.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 10ª.Em.		2.050.000	
(-) Provisão p/ perdas com recebíveis			(150.000)
Total de Títulos e Valores Mobiliários		23.986.604	18.211.727

11) Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), representado por 20.000 (vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal está totalmente constituída no limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do Estatuto Social da Companhia.

Resultado do período: A companhia obteve um lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, num montante de R\$ 1.245.957,70 (um milhão duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos), sendo a totalidade destinada à conta de Reserva de Lucros.

Reserva de Lucros

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a companhia possuía um saldo de R\$ 53.095,78 (cinquenta e três mil noventa e cinco reais e setenta e oito centavos) na conta de Reserva de Lucros, que se encontra a disposição da administração para destinação futura.

12) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31.12.2023	31.12.2022
Receitas operacionais	2.868.084	3.023.065
Receita de Securitização	5.855.001	5.254.534
(-) PIS sobre Receitas	(19.552)	(20.614)
(-) COFINS sobre Receitas	(120.318)	(126.854)
(-) Custos de captação	(2.847.047)	(2.084.001)
Despesas operacionais	(774.613)	(787.116)
Despesas operacionais	(774.613)	(787.116)
Resultado operacional líquido	2.093.471	2.235.949

13) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras	5.147	104.532
Juros Ativos		69.198
Rendimentos aplicação	1.036	28.575
Taxas Diversas	4.111	6.035
Outras receitas financeiras		724
Despesas Financeiras	(247.273)	(813.082)
Deságio na Venda de Recebíveis	(214.427)	(741.055)
Encargos de atualização REFIS	(4.746)	(1.180)
Juros Passivos e Multas		(38.429)
Encargos descontos e financiamentos	(1.750)	(16.734)
Juros Comissões e taxas bancárias	(26.350)	(15.684)
Resultado financeiro líquido	(242.126)	(708.550)

14) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos de créditos a receber e títulos e valores mobiliários, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente

nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras e encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e Valores Mobiliários (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Cuiabá – MT, 22 de julho de 2024.

Eder Marcos D'Agostin
Diretor Presidente

Mário Lucio Costa Tudeia
Contador- CRC/SP – 090714/O-0 “S”MT